



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 13/2014

----- Aos onze dias do mês de julho do ano dois mil e catorze, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, estando presentes os Vereadores, Carlos Fernando Frazão Correia, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- A Presidente da Câmara justificou a ausência do Vereador João António Lopes Cadoso por se encontrar de férias e do Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto por motivos profissionais. -----

----- Pelas dez horas e dez minutos, verificando-se a existência de quórum, a Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente sessão. -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- A ata da reunião de Câmara de 27 de junho de 2014 será presente à próxima reunião para discussão e aprovação. -----

----- DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: novecentos e quinze mil, seiscentos e setenta e um euros e seis cêntimos. -----

----- Operações não Orçamentais: cento e sessenta e seis mil, cento e sessenta e sete euros e vinte e seis cêntimos. -----

----- ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO -----

----- RELATÓRIO ACERCA DA SITUAÇÃO DAS PALMEIRAS DA RUA ALMIRANTE CÂNDIDO DOS REIS -----

----- ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS -----

----- ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA – TOMADA DE POSIÇÃO CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA EGF -----

----- GRUPO PARLAMENTAR “OS VERDES” – PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 1083/XII/3ª
SOBRE O ERRO QUE CONSTITUI A PRIVATIZAÇÃO DA EMPRESA GERAL DO FOMENTO (EGF)-

----- NOTA DE IMPRENSA – FORNECIMENTO DE ÁGUA EM ALCOBERTAS -----

----- REORDENAMENTO DA REDE ESCOLAR 2014/2015 – EXTINÇÃO DE
ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO E DE ENSINO MO ÂMBITO DO MOVIMENTO ANUAL DA
REDE ESCOLAR (MARE) -----

----- RESPOSTA A RECLAMAÇÃO DA FALTA DE ÁGUA EM AZAMBUJEIRA -----

----- REMOÇÃO DE AMIANTO DE ESCOLAS EM MAIOR RISCO -----

----- A Presidente da Câmara apresentou os assuntos para conhecimento de acordo
com a documentação e prestou uma breve explicação sobre os mesmos. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou por registar com agrado o trabalho técnico feito para recuperação das
palmeiras do qual se começa a ver resultados. -----

----- Questionou qual o ponto da situação relativamente à privatização da EGF dado
que no passado dia 27 foi presente à Assembleia da República para discussão.-----

----- Seguidamente referiu-se ao encerramento do Jardim de Infância de Asseiceira
que, em seu entender, corresponde não a um encerramento mas sim a uma alteração
da tipologia da rede escolar que é favorável à população, aos professores ao concelho
e contrariamente ao que se tem dito por falta clara falta de esclarecimento. -----

----- Questionou qual será o tempo previsto para a remoção de amianto das escolas. -

----- VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Acerca dos assuntos para conhecimento iniciou por se congratular com a posição
tomada na Assembleia Municipal relativamente EGF e que a Câmara prossiga este
ciclo de informação ao executivo sobre as posições que os diversos municípios tomam
em relação à intenção do Governo de privatizar aquela empresa. -----

----- Questionou, de seguida, se o incidente que ocorreu com o fornecimento de água
em Alcobertas se encontra já resolvido.-----

----- Acerca do encerramento de escolas disse que não se percebe a desatualização
das designações, como é disso exemplo a designação de EB de Cabos que há muito
que é São Sebastião e lamentou que a administração central não tenha esse
conhecimento e esse cuidado. -----

----- Relativamente à homologação do encerramento de estabelecimentos de ensino
questionou qual a posição do executivo em relação a estas extinções e se por ventura

algumas destas escolas continuam com o número de alunos que justifique que a Câmara tome alguma posição em defesa das populações. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Usou de novo da palavra para saber em relação ao problema da falta de água em Azambujeira, com um relatório também muito circunstanciado, e afirmou que gostaria que ficasse registado em ata que se começam já a verificar os benefícios da organização interna e administrativa, quer no percurso que os documentos seguem, quer na velocidade a que eles são respondidos o que considerou que corresponde também a uma evolução significativa no caminho da transparência, no caminho da relação de proximidade com o cidadão e também com a valorização do saber, da análise da situação e registou a eficácia da informação. Afirmou que apesar disso é contraditório o que diz o município com a resposta dada embora o assunto esteja já resolvido. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Sobre o encerramento das escolas e relativamente a Asseiceira informou que não encerrou e que se tratou de uma proposta do município que foi presente a Conselho Municipal de Educação, onde foi votada por unanimidade, e ao órgão executivo a alteração da tipologia, pois até ao momento havia duas escolas com dois códigos, sendo independentes embora pertencendo a um único agrupamento, passando agora a EB1/JI funcionando de forma integrada e num espaço único. Considerou ser benéfico para a população, protege aquela escola, no local onde está, torna mais difícil a tomada de algumas decisões, agilizando o funcionamento em termos de gestão de pessoal não docente. -----

----- Relativamente à EB de Cabos fez notar que a sua denominação era ainda do tempo dos executivos a que o Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida pertenceu, salientando que sempre houve por parte de todos os executivos a intenção de mudar a designação dirigindo-se por diversas vezes à tutela nesse sentido, mas que nunca foi concretizado. Acrescentou que o ano de dois mil e catorze encerra o assunto dado a homologação do seu encerramento. Ainda sobre a reorganização da rede escolar disse que a decisão tomada pelo executivo na carta educativa pela construção do novo centro escolar levou ao encerramento de alguns jardins-de-infância e de escolas do 1º ciclo. Registou que Fráguas e São Sebastião já não reuniam condições numéricas de alunos a frequentá-los para permanecerem abertos, mas que, pela ousadia da construção daquele centro escolar que dota aquela zona do concelho com condições que poderão promover o ensino integrado e de qualidade aos alunos ali

residentes, leva a que a escola EB e jardim-de-infância de Outeiro da Cortiçada também encerrem porque esses alunos também irão beneficiar daquele espaço. Acrescentou que muito embora aquela escola tenha número suficiente de alunos para se manter em funcionamento, as condições oferecidas no centro escolar de Fráguas justificam sobejamente a tomada de decisão dos executivos. -----

----- Deu conhecimento que o Executivo diligenciou no sentido de, junto da tutela, fazer saber a necessidade de intervenção na cobertura total da Escola Fernando Casimiro e embora não fosse intenção da tutela fazer intervenções nas escolas que anteriormente tinham passado para gestão municipal mas graças à pressão efectuada pela escola e do executivo e á apresentação prévia de orçamentos devidamente suportados por imagens do estado de degradação da escola, que levou a que uma eventual intervenção desta natureza fosse considerada. Informou que a remoção de amianto das escolas em risco se prevê para antes do início do ano letivo. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Congratulou-se com os benefícios que a decisão tomada pelo executivo já que o facto de o jardim-de-infância de Asseiceira passar a integrar um novo modelo, o centro escolar JI/EB1 da Asseiceira, permite não só rentabilizar os quadros de pessoal mas também os espaços comuns permitindo que a câmara em colaboração com a junta de freguesia e o agrupamento tenha divulgado um novo serviço de prolongamento de horário. Referiu ainda embora já tenham o centro escolar ainda está na carta educativa o outro centro escolar que incluiu as zonas de Vale de Óbidos, Asseiceira, Abuxanas, Anteporta, etc. e embora alguns considerem que a crise não permitirá essa construção, acredita que este Governo e esta política não irão durar muito mais tempo.

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Relativamente ao tratamento da palmeiras informou que foi o primeiro caso comunicado à Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo (DRAPLVT) de Santarém, congratulando-se com o trabalho feito pela empresa alemã que fez uma experiência piloto para a sua recuperação, que resultou, informando que na última visita feita verificou-se a recuperação do crescimento do centro. -----

----- Relativamente à EGF e à discussão na Assembleia da República disse que a Câmara Municipal não possui nenhuma informação. -----

----- Informou que a falta de fornecimento de água em Alcobertas se deveu a uma substituição de equipamento onde existiam ruturas e que embora a previsão para a duração dos trabalhos fosse de um dia conseguiu resolver-se em meio dia. Informou ainda que também a falta de água em Azambujeira está resolvida com a substituição

da bomba. Sobre esta situação salientou que o teor da reclamação não é verdade e agradeceu à empresa que forneceu a bomba a disponibilidade de o fazer a um domingo. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Fez registar que foram já tiradas medidas para dar início a reformulação para completar o que falta no gabinete da oposição e disse esperar que no dia dezanove de outubro, quando faz um ano, possa lá comemorar nas melhores condições. -----

----- Questionou se já existem condições de ser informado de qual foi o caminho seguido pelo convite do União Desportiva de Rio Maior já que na última reunião de Câmara foi confrontado com a ausência a um evento para o qual não foi convidado. Acrescentou ainda que questionado o gabinete de apoio aos órgãos autárquicos acerca do assunto foi informado que o caminho do convite não foi através do mesmo. -

----- Referindo-se à greve dos médicos questionou o que é que o executivo pensa fazer face ao agravamento da situação e o que é que pode ser feito no sentido de pressionar as entidades políticas porque não sendo responsabilidade restrita da câmara, nem do executivo, já começa a cansar o arrastar desta situação e ao extremo a que está a chegar. -----

----- Lamentou a desclassificação do Tribunal de Rio Maior com a saída do tribunal de menores para Santarém, com as questões em abstracto a serem aqui resolvidas até cinco anos de pena e a partir daí deixam de o ser, com as questões de cível a partir de cem mil euros passarem também a ser tratadas em Santarém, com as questões de trabalho passarem a ser tratadas em Santarém e as questões do comércio passarem para o Entroncamento. Nesse sentido, questionou o que é que, atendendo a que os próprios advogados vão estar em protesto na Assembleia da República, se tenciona fazer no sentido de dar resposta a este prejuízo para os riomaiorenses. -----

----- Questionou acerca do acordo, em seu entender e da Coligação Democrática Unitária (CDU), tristemente aceite pela Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) quanto ao Fundo de Apoio Municipal (FAM), afirmando que já não bastando todas as restrições impostas às autarquias aparece agora uma moção de solidariedade que vai premiar quem não cumpriu. Questionou quanto é que se prevê que Rio Maior vá ter que contribuir para este fundo. -----

----- Solicitou informação acerca dos assuntos tratados na reunião realizada na Comissão de Coordenação de Desenvolvimento de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT). -----

----- Congratulou-se com a colocação de sinalização horizontal e a repavimentação

nas estradas que traz um novo plano de segurança aos utentes, de conservação das estradas, de manutenção, de durabilidade e de segurança para quem lá circula, lamentando apenas o tempo que demorou a ser reconhecida a necessidade imperativa destas condições. Neste âmbito, solicitou a colocação de dois pirilampos de acessibilidade aos peões na entrada de Asseiceira ou até mesmo outra alternativa que se considere adequada para dois quilómetros de passagem permanente de peões. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Iniciou por se referir à loja do cidadão dizendo que as instalações são realmente boas e que efetivamente se sabia de um protocolo que levou à sua criação mas que foi assinado, no ato da inauguração, um novo protocolo do qual desconhece o conteúdo. Considerou que é importante que esse conteúdo seja do conhecimento de todos porque, em seu entender, a loja do cidadão é necessária, é fundamental mas não se pode desviar do seu espírito inicial e não pode ser um instrumento da reforma administrativa do Estado, que vai secando lentamente uma série de serviços que o Estado tinha, não correspondendo de forma alguma a uma melhoria de resposta aos cidadãos, afirmando que aqui se pode englobar a questão dos tribunais. Sobre essa questão referiu que o Executivo devia tomar uma posição na defesa das populações, auscultando as pessoas ligadas às questões da justiça, posição essa que reflectisse não só a posição dos profissionais da justiça mas também dos riomaiorenses, porque a transferência de uma série de serviços para Santarém, Entroncamento e outros locais não trará qualquer benefício a Rio Maior, nem à Justiça.-----

----- De seguida referiu-se à dificuldade que é ser empresário em Portugal e em Rio Maior, seja pelas dificuldades de instalação do negócio seja pelo facto de Estado, logo na constituição, desconfiar o cidadão, perseguir o cidadão e através das teias fiscais assustadores inibirem os mais empreendedores. Constatou que, no entanto, em paralelo temos a posição do Estado em relação aos cidadãos chineses enquanto empresários, em relação aos quais nada tem contra reconhecendo-lhes até qualidades. Considerou é que a posição do Estado tem sido em demasia benévola e permissiva em relação à instalação na fileira comercial deste tipo de unidades, e resulta de acordos e protocolos entre Estados que levam a um ataque ao comércio local clássico, pequenas unidades que funcionam e que resistem com muita dificuldade, e que agora este tipo de loja, com uma filosofia distinta quer em termos de abordagem de negócio, quer em termos de horários, quer em termos de impostos, criam, em seu entender, uma concorrência desleal que só causará mais desemprego. Reconheceu que a autarquia não tem qualquer hipótese de regulamentar este tipo de

atuação mas salientou que a autarquia é ouvida na ANMP e em outros fóruns e instituições e considerou que deve tomar uma posição no sentido de que sendo nós um povo acolhedor e de relações saibamos também que estamos numa comunidade muito exigente em termos de regras e rigores e que em paralelo é permissiva com outros interesses fora da comunidade que, em seu entender, não trarão qualquer benefício, a curto ou a médio prazo, para o país. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Deu conhecimento da proposta de doação do acervo documental formalizada por Maria Filomena Monteiro, mãe da professora Maria Alice Esteves para integrar o fundo documental da Biblioteca Municipal, assunto que será presente na próxima reunião. Acrescentou que a Biblioteca se sente honrada com esta decisão da família porque, de acordo com a listagem, este espólio vai contribuir para a valorização e enriquecimento do acervo documental.-----

----- Restante intervenção será transcrita na íntegra pelo seu conteúdo. -----

----- “ Esta intervenção que vou fazer de seguida constitui, é o resultado de uma ação refletida e ponderada. Passo a dizê-la. -----

----- Hoje, dia onze de julho de dois mil e catorze, entra em vigor a nova orgânica funcional dos serviços municipais. 1) Há muito que era sabida esta alteração; 2) As propostas e respectivas intenções foram tomadas pelo Executivo 2009/2013; 3) O atual Executivo é constituído por novos elementos; 4) Avaliadas as situações e funcionalidade, considero que as intenções da altura não se adequam às atuais, nomeadamente, e de uma forma muito sucinta e rápida, não elencando todas, mas, e vulgo aquilo que denominamos por obras públicas e privadas, a unidade de obras privadas, pela situação atual vivida, parece-me que não justifica a constituição de uma unidade orgânica só por si, pelo que poderia haver um reajuste. A mega unidade de cultura, juventude, turismo, educação, ação social, associativismo, desporto, pela sua abrangência, são de grande acção e espectro, envolvendo, pelo facto, pessoas e acções diversificadas. Tal situação associada à distribuição dos pelouros feitos também sobre uma visão de unicidade partidária, conjuga às então conjeturadas intenções, pelo que deveriam ser avaliadas tendo em conta os factores determinantes de uma boa exequibilidade e funcionalidade. Considerando que a produtividade, funcionalidade e harmonia resultam de análises aturadas dos diferentes factores e também pelo Executivo como um todo, na qualidade de membro eleito da Coligação indicado pelo CDS-PP, e na sequência de uma reflexão feita ao longo destes oito meses, tendo manifestado várias vezes a necessidade de reuniões, de avaliação,

observação, de avaliação de estratégias, com o único objectivo de definir novas formas articuladas de ação com o único objectivo de servir o meu concelho, servi-lo de forma integrada. O atual CDS, na atual coligação, não se revê em políticas de andar pela sombra e fazer pela calada. Disse.” -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Referiu-se à implementação da loja do cidadão e ao processo de modernização administrativa de forma positiva, referindo que este último processo está em fase de implementação, fazendo votos que em setembro esteja totalmente operacional.-----

----- Informou que foi realizada uma reunião com a vereadora da Câmara de Santarém acerca da poluição em Rio Maior referindo que os ecologistas estão bastante preocupados com a poluição suinícola neste concelho, questionaram o Governo relativamente a uma série de situações e salientou que este é um problema que não acontece só em Rio Maior, sendo que a poluição das suiniculturas abrange o concelho de Rio Maior, Santarém, Cartaxo e Azambuja. Disse ainda que dentro do concelho de Rio Maior, embora a fiscalização das estações de tratamento não seja da competência da Câmara Municipal e sim à DRAPLVT, Ministério do Ambiente e outras entidades, existe a informação que pelo menos as grandes ETAR’S estão legais e com autorização de funcionamento susceptíveis a algumas alterações. Acrescentou que a reunião realizada foi no sentido de se poder encomendar um estudo para ver qual a abordagem que se deve fazer a este problema não apenas no concelho de Rio Maior mas em todo o vale do rio Maior. -----

----- Sobre as obras a decorrer informou que as mesmas estão em fase de conclusão e prevê-se que até final do mês de agosto estejam concluídas todas as obras da 4ª fase, assim como a colocação de sinalética e pinturas na cidade se prevê estarem concluídas até final de julho. -----

----- Sobre a falta de água na Vila da Marmeleira deu conhecimento que o Parlamento Europeu conhece a situação e espera-se que Deputados eleitos ajudem a desbloquear cerca de um milhão de euros para resolver o problema e esta situação, como outras, passem da teoria à prática. Acrescentou ainda que a Câmara Municipal vai voltar a abrir concurso público internacional, de acordo com a lei e com os prazos estabelecidos na mesma. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Acerca da criação do Fundo de Apoio Municipal (FAM) e ao acordo celebrado entre a ANMP e o Governo considerou que não se pode reduzir o mesmo só ao FAM já que este acordo abrange questões de gestão de recursos humanos, da lei dos

compromissos e pagamentos em atraso, sendo, por isso, mais que apenas a questão do FAM. Disse que a constituição deste fundo foi aprovada em Conselho de Ministros, que inicialmente seria num total de seiscentos milhões em que os municípios entrariam num total de 70% e o Governo de 30% e após as negociações passou a ser 50% cada uma das partes referidas, sabendo que o Governo se dispôs a avançar para já com o valor deste apoio e assim conseguir apoiar as câmaras em situação de rutura financeira. Continuou dizendo que os municípios só começam a contribuir a partir de 2015 e que a Rio Maior caberá a responsabilidade de disponibilizar um montante total de setecentos e quarenta e dois mil euros, a pagar durante sete anos, que equivale a um valor de cento e seis mil e dezoito euros por ano. Salientou ainda que foi permitida a alguns municípios uma gestão desregulada e lamentou que sejam agora feitas imposições às autarquias de uma forma muito violenta e que se queira corrigir de repente o que se permitiu durante décadas. Recordou que a Câmara Municipal de Rio Maior, no mandato anterior, fez ajustamentos, alguns violentos mas necessários para uma boa gestão, enquanto outros municípios não tiveram essa prioridade e que agora, por força deste acordo, teremos que contribuir para este fundo. Reafirmou que a boa gestão é um apanágio do executivo municipal e que cada vez mais se tentará fazer orçamentos mais realistas em função das receitas previstas. -----

----- Acerca da questão do convite do União Desportiva de Rio Maior para o dia 31 de maio esclareceu que o mal-entendido se deu pelo facto do mesmo ter dado entrada nos serviços a 2 de junho e que a própria esteve presente porque, antecipadamente, lhe foi transmitido telefonicamente. -----

----- Disse que relativamente à greve dos médicos não se iria pronunciar por que desconhecia o conteúdo das negociações e que aquilo que pode informar é que recebeu a Dr.^a Paula Rodrigues, que veio ao centro de saúde de Rio Maior por força da aposentação da responsável do mesmo se ter aposentado, e que falaram acerca de alguns assuntos, nomeadamente sobre as unidades móveis de saúde. Disse ainda que foi explicado que foram abertos dois concursos, um para medicina geral e familiar e outro para especialistas em medicina geral e familiar e que aquilo que acontece é que estes ficam desertos e que grande parte dos médicos que concorrem é em regime de mobilidade. Disse ainda que em relação ao nosso concelho está receosa que a situação vá piorar e deixou o pedido a directora do ACES que irá sair para deixar bem referenciada a situação da região e em particular o concelho de Rio Maior para que quem a suceder ficar em posse de todos os procedimentos já efetuados. Afirmou que o seu compromisso é continuar a acompanhar a situação tal como também um

conjunto de municípios, desbloqueando algumas situações alternativas que muito embora não resolvam a situação minimizam um pouco a situação complicada da saúde. Informou ainda que os presidentes dos concelhos que integram a CIMLT ficaram de solicitar uma reunião à tutela para transmitir esta situação. -----

----- Relativamente à questão dos tribunais informou que recebeu uma comunicação através da CIMLT sobre a realização de uma manifestação na Assembleia da República, dirigida aos presidentes de câmara que a integram. -----

----- Terminou dizendo que no que se refere à reestruturação dos serviços em 2010 foi feita a primeira por vontade do executivo e que depois em dois mil onze, com o novo quadro legislativo, voltou-se a reestruturar a estrutura da câmara. Sobre a reestruturação que agora acontece há a dizer que decorre por força da lei, obrigando a cessação de diversas comissões de serviços de dirigentes sob pena de penalização para ao executivo e para os dirigentes que estiverem nessas condições. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Considerou que é importante o executivo tomar uma posição relativa ao tribunal, à saúde e ao FAM, porque estão a tirar aquilo que a lei diz que é do município, ou seja, não foram os municípios que fizeram uma gestão regrada e que fizeram a defesa intransigente do interesse público que são premiados, e Rio Maior assim como outros municípios que foram cautelosos vão pagar as obras, espectáculos e o show-off de outras câmaras municipais, assistindo-se ao esvaziamento do poder autárquico democrático, transformando as autarquias em entidades privadas de vontade, contra o que consta na Constituição e contra aquilo para que foram eleitos. -----

----- Terminou afirmando que nos tempos atuais não é suficiente solicitar audiências e que se torna necessário trazer as populações para esta luta. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Disse que a CIMLT é composta por onze municípios, dos quais dois são da Coligação Democrática Unitária, dois são do Partido Social Democrata e sete são do Partido Socialista e que nas decisões tomadas tem havido total consenso, salientando que os detentores de funções executivas entendem que os assuntos devem ser tratados pelas vias próprias, directamente com a tutela. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Acerca da intervenção do município deu o exemplo de Benavente onde a Câmara e Assembleia Municipal resolveram interpor uma ação popular e considera que esta é mais uma tentativa de resposta e que aquilo que quer dizer é que não se pode ver esvaziar o concelho e que há que ter a capacidade de responder a estas situações que todos sabem que são prejudiciais às populações. -----

----- Terminou dizendo que esta reunião foi marcada por uma questão política que tem a ver com o facto da vereadora Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo ter manifestado o seu descontentamento acerca da reestruturação dos serviços e não estar de acordo porque se fazem algumas coisas pela sombra e pela calada. Considerou que isto levanta problemas do ponto de vista político e enquanto membro do executivo considera que tem o direito de ser esclarecido sobre a situação. Solicitou, por isso, e se possível, que lhe sejam dadas informações sobre o que é que foi feito pela sombra e o que está a ser feito pela calada. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Questionou-se a si e a todos o que é que poderá ser feito na defesa da autonomia do poder local e quais são os limites quando se trata da aniquilação do poder local. Considerou que o Governo ao tratar todos de igual forma vai lesar os municípios que cumpriram e novamente relevar a atuação dos municípios incumpridores, passando a ideia global que a administração local não sabe administrar e que assim sendo há que cortar as hipóteses de resposta ao que está consignado na Constituição que é a autonomia do poder local. Considerou que a questão central sobre a qual deve ser tomada posição é que o poder local como resposta às populações pela sua proximidade e pelo conhecimento do território e populações fez um papel preponderante durante quarenta anos e se iremos abdicar de fazer esse papel ou não. Concorda as reformas são necessárias e inevitáveis nomeadamente no que respeita à responsabilização dos gestores municipais pela sua atuação. -----

----- Relativamente à reestruturação dos serviços congratulou-se com a frontalidade com que a Vereadora Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo colocou a questão e referiu que embora tenham que haver reajustamentos, em sua opinião, trata-se de mais uma intromissão da administração central no poder local, disponibilizando-se desde logo para tomar as posições que o executivo entenda que devem ser tomadas na defesa de uma resposta adequada às nossas populações, com um quadro de pessoal que efetivamente sirva as pessoas e as necessidades. Sugeriu ao executivo que formulasse um agradecimento a todos os trabalhadores que exerceram funções com empenho e que por força da legislação em vigor ficam privados do exercício da mesma, mesmo sendo necessária ao município, resultando numa situação desastrosa em termos de motivação. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Informou que tinha essa proposta para apresentar no final das intervenções. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Esclareceu que não manifestou o seu desacordo quanto à forma legal ou à necessidade de implementar uma reforma orgânica dos serviços municipais por força da lei e que aquilo que pretende é chamar à atenção de que os tempos mudaram e o que nem sempre o que num executivo faz sentido, com o decorrer do tempo poderá deixar de fazer e levar à necessidade de fazer novo reajustamento. Afirmou que foi sobre isso que chamou à atenção e também disse entender que os momentos do país são difíceis e que compete a todos os municípios fazer a sua quota-parte para contribuir para a reorganização de serviços públicos. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Informou que a reunião realizada na CCDRLVT serviu para reiterar a disponibilidade daquela entidade continuar a trabalhar em colaboração com as autarquias e que um dos assuntos abordados, transversal a todos os municípios, foi a caracterização da Reserva Ecológica Nacional ficando o compromisso de elaborar um manual de boas práticas sobre esta matéria e também sobre o funcionamento das comissões de acompanhamento dos processos de revisão dos Planos Diretores Municipais. Informou que foi também abordado o assunto das suiniculturas e da poluição e formas de abordar soluções para esta situação também transversal a vários municípios. -----

----- Quanto à reorganização dos serviços chamou a atenção para o facto de em cada mandato se verificarem sempre várias reestruturações dependendo das mesmas da vontade política e do cumprimento da lei, referindo também que estas podem sempre ser ajustadas mediante as necessidades da entidade, e acrescentou que entre aquilo que foi aprovado anteriormente e a realidade atual pode vir-se a pensar em redefinir algumas situações com a redistribuição de funções e reformulações das unidades orgânicas. Considerou que se trata de uma situação que tem que ser pensada, redefinida porque não pode haver megas unidades e unidades anãs sob pena de não funcionar. Terminou agradecendo a colaboração de todos os dirigentes que cessam funções. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA**-----

----- Colocou à consideração dos Senhores Vereadores um agradecimento e um reconhecimento público a todos os dirigentes que tendo sido nomeados terminaram agora as funções em que estiveram durante três anos. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO I - DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 35º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----

----- **DESPACHO N.º 32/2014, DE 30 DE JUNHO** -----

----- A Presidente da Câmara deu conhecimento do despacho emitido, para ratificação pela Câmara Municipal, e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho n.º 32/2014, exarado pela Presidente da Câmara, no dia 30 de junho do corrente ano, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º ao anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo qual se determinou aprovar a minuta do protocolo a assinar entre a Agência para a Modernização Administrativa, I.P. e a Câmara Municipal de Rio Maior para definição dos termos e condições da gestão da Loja do Cidadão de Rio Maior, bem como as obrigações de ambas as partes. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Disse que aquilo que este documento traz em relação ao existente é a entidade gestora da loja, passando da responsabilidade da AMA para o Município de Rio maior e que, como defensor do poder local, das potencialidades e vantagens que esta tem em relação à administração central de atuar no território, em seu entender, este acordo é vantajoso e não tendo qualquer preocupação ou dúvida em relação ao que foi assinado tem receios em relação aquilo que o acordo não diz e que esta loja do cidadão não venha, efetivamente, a servir para uma reforma administrativa do Estado em prejuízo das populações locais. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com um voto contra. -----

----- Declaração de Voto do **Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “O Vereador Augusto Figueiredo votou contra por quatro razões. A primeira é porque para um protocolo desta importância ele é assinado e dado conhecimento aos vereadores, a lei permite-o, posteriormente à sua consumação. São seis anos que estamos a trabalhar neste espaço que agora se chama condomínio do Estado, condomínio do cidadão. Segundo, por uma questão de coerência. Se não estive presente é porque não estava de acordo. Terceiro, não tenho aqui nenhuma razão pessoal e relevo o esforço para dinamizar aquele espaço, sendo que se lermos com atenção, mesmo por todas as engenharias de gestão que a Câmara está a tentar fazer para minimizar, eu chamava à atenção para as cláusulas cinco onde ao município

cabem desde assegurar a gestão da loja, os encargos da água e energia, limpeza, higiene, segurança, vigilância, economato, auto protecção de luta contra incêndios e manutenção de espaços respetivos, sistema de alarme, ligação à central de alarmes, manutenção de AVAC's, dos elevadores, gestão de atendimento, recursos humanos necessários à coordenação da loja, manutenção e conservação dos equipamentos, está escrito e pasme-se, sendo mais, podíamos continuar, as prerrogativas da AMA são quatro: emitir instruções para garantir a inserção da imagem de marca e do sistema local de gestão e atendimento na rede de lojas, emitir recomendações e definir as normas de qualidade de serviços de atendimento da loja do cidadão gerida pelo município, solicitar todas as informações e realizar inspecções à distância ou no local da atividade realizada, ou seja, se nós há bocadinho estávamos a queixar-nos que o Estado aligeira as suas responsabilidades e, neste caso, tem aligeirado quando se diz que tiram às autarquias, tiram às autarquias para meter noutros lados, porque as PPP's é o mesmo dinheiro que devia vir para os municípios provavelmente, os BPN's, as swaps e os BES. Eu sei, eu sei que dói ouvir às vezes coisas que a gente não gosta, eu também tenho que às vezes ouvir e respeito. E ainda porque o Estado acaba por transformar a nossa Câmara em administração local, nós somos poder local constitucionalmente constituído, órgãos de poder, não somos fazedores das ações, provavelmente. Portanto esta foi a razão porque votei contra." -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA**-----

----- Intervenção transcrita na íntegra por ser um esclarecimento à declaração de voto do Vereador Augusto Manuel Gonçalves figueiredo. -----

----- "Isto não é uma declaração de voto mas eu tenho que fazer um esclarecimento. Não sei se isso era uma declaração de voto. Professor Augusto Figueiredo, desculpe lá, não me ouviu dizer que os protocolos a estabelecer com as entidades são feitos entre a câmara e as entidades? Essa questão, isso é um protocolo genérico, quando se assume ali, porque não é a AMA que vai assumir as despesas com água, electricidade, limpeza e segurança, já me ouviu dizer isso várias vezes, que nós vamos estabelecer com as entidades, nomeadamente com o IRN e a Segurança Social, que é um valor em função da área ocupada, um valor por metro quadrado, portanto não é a câmara que fica a assegurar estas despesas. Isso é um protocolo genérico que a AMA estabelece e que deixa na gestão do município, porque era dantes a AMA que fazia com as entidades, agora é a câmara que passa a fazer. Portanto não fique a ideia de que a câmara está a pagar para ter lá as entidades instaladas, mas se fosse sinónimo de o nosso concelho ficar sem esses serviços cá e

se a câmara tivesse que se chegar à frente para pagar, a câmara pagava para eles cá estarem.” -----

----- **PONTO II – CERTIFICAR DOMÍNIO PÚBLICO DE ESTRADA QUE ATRAVESSA O PRÉDIO RÚSTICO INSCRITO NA MATRIZ SOB O N.º 52 SECÇÃO L NA FREGUESIA DE FRÁGUAS EM NOME RAQUEL BARBOSA - SOLICITADORA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é certificar que o prédio rústico inscrito na matriz sob o n.º 52 da secção L da Freguesia de Fráguas é atravessado por uma serventia/caminho que se enquadra no disposto no artigo 63º da Lei n.º 2110 /61, de 19 de agosto, pelo que poderá ser considerado do conhecimento e domínio público. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.--

----- **PONTO III - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NO CONCELHO DE RIO MAIOR – REVISÃO DE PREÇOS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar o pagamento da Revisão de Preços no valor de 5.025,20€ (acrescido IVA a 6%), referente ao contrato de Prestação de Serviços de Recolha de Resíduos de Resíduos Sólidos Urbanos do Concelho de Rio Maior. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.--

----- **PONTO IV - AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA O ANO LETIVO 2014/2015 – ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é autorizar a abertura de procedimento de ajuste direto ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 27º do Código dos Contratos Públicos para aquisição de Refeições Escolares para o ano letivo 2014/2015 e aprovar as respectivas peças procedimentais.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Iniciou por dizer a sua intervenção neste ponto é comum também ao ponto VI e está transcrita na íntegra conforme disponibilizado pela própria. -----

----- “No âmbito do concurso público internacional lançado pela Comunidade

Intermunicipal da Lezíria do Tejo em 2013 foi adjudicado à empresa Gertal a aquisição do serviço em apreço pelo valor de 1.09 euros a refeição. Ao longo de 2014 foram várias as reuniões realizadas na sede da referida comunidade onde foram questionados os municípios sobre a vontade ou não de lançarem este procedimento no âmbito de um novo acordo quadro.-----

----- Foram vários os municípios que concordaram. Contudo verificou-se que apesar da insistência do sector da educação a comunidade protelou as diligências e respetivos procedimentos informando na última reunião do mês de maio que era praticamente impossível proceder ao proposto, sugerindo que fosse feito o ajuste directo ao abrigo do artigo 27º, al) a) nº 1 do Código da Contratação Pública, lançando no entanto, sempre a dúvida de como se deveria proceder pois em época tardia levaria à necessidade de um ajuste directo ao abrigo do mesmo artigo para o primeiro período por forma a assegurar as refeições do primeiro período, lançando também em simultâneo um procedimento para um novo acordo quadro. Concluindo, a necessidade de um ajuste directo haveria sempre. Parece-me que a Comunidade Intermunicipal não salvaguardou atempadamente os interesses dos municípios que a compõem, não só em termos processuais, como de apoio jurídico, atitude que parece ser contraditória à filosofia subjacente à criação destes organismos. Sugiro também à Senhora Presidente que manifeste o desagrado junto da comunidade na reunião de presidentes dos municípios que compõem a comunidade, quanto à situação criada e ao embaraço criado aos diferentes sectores dos municípios envolvidos face ao curto espaço de tempo disposto para assegurar as refeições em setembro. -----

----- No que à Câmara de Rio Maior diz respeito todos os dados foram remetidos atempadamente para os serviços da Comunidade Intermunicipal, em fevereiro já tinhas os dados. Realmente não podemos adiar mais esta decisão, este ajuste directo, as escolas começam a funcionar em setembro e é urgente que se proceda à única situação que, por força do que foi exposto, e criado o ajuste directo.”-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Disse que a explicação dada levanta algumas interrogações, nomeadamente no que respeita ao papel da CIMLT, questionando se este organismo não está ao serviço dos municípios, e que, a seu ver, a situação ainda se agrava quando se utiliza o argumento de existirem contratempos que se prendem com a “eventual” aplicação da redução remuneratória prevista na Lei do Orçamento Geral do Estado para 2014. Compreende a posição de município por tem a preocupação de garantir as refeições mas considera que isto levanta outro tipo de problemas que tem a ver com os novos paradigmas da administração autárquica e afirmou que, infelizmente, o que a CDU

perspectivou à anos está a acontecer. Lembrou que o protocolo feito com o Ministério da Educação para a transferência de competências era favorável com todas as contrapartidas, e seguidamente vieram as refeições, vieram os transportes, agora vêm as ditas lojas do cidadão, e que a técnica continua a ser a mesma através da transferência das competências e responsabilidades apenas e só enquanto os impostos continuam a ser arrecadados pela administração central. Afirmou que gostava de saber porque é que no relatório de atividades da CIMLT presente à Assembleia Municipal, a câmara municipal diz que poupa com a economia de escala. Questionou quais são as eventuais prerrogativas que limitam a CIMLT de abrir o concurso público internacional e quanto é que isso vai custar a mais ao município de Rio Maior. -----

----- Considerou que existem outras formas de gerir as refeições escolares e deixou à maioria um desafio de o fazer através da economia local e dos produtores locais e que embora não existam estudos que digam ser possível pagar refeições a um euro e nove cêntimos, disse julgar que podem ser encontradas outras alternativas. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Relativamente a este assunto disse que a CIMLT fica mal vista, mas que por um lado até é bom porque se há questões que o próprio defende que devem ser assumidas pelo poder local e onde a economia de escala não traz nada, é na questão das refeições escolares, devido à organização viciada dos concursos pelas empresas que detêm o negócio. Acrescentou ainda que a qualidade do serviço prestado não corresponde ao exigido quer em termos de qualidade, quer em termos de pessoal, porque estas empresas não têm funcionários próprios, recorrem a empresas de trabalho temporário exercendo a sua autoridade de forma contínua e indiscriminada. Considerou que a forma correta de contratar para este tipo de serviço seria com a abertura de concurso para empresas que trabalham com o seu próprio quadro de pessoal. Salientou que se houver coragem e tendo em conta a existência do centro de negócios e o facto de ser dada formação a pessoas na perspetiva de criarem as suas próprias empresas, pode ser desenvolvida uma experiência piloto e organizar, através dos instrumentos e parcerias existentes, uma empresa que sirva as refeições escolares. Concordou que pode até sair um pouco mais caro mas a economia local vai lucrar com isso, cria emprego e escoar produtos locais e acima de tudo aumenta a qualidade das refeições fornecidas às crianças. Sugeriu que, nesse sentido, não se visse esta situação como um grande problema da Comunidade Intermunicipal, mas sim como uma oportunidade para o concelho de Rio Maior. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Esclareceu que foi a Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT) que protelou a tomada de decisão por forma à elaboração de um novo acordo-quadro. Quanto a qualidade da comida fornecida disse que esta não pode ser posta em causa e que aquilo que, por vezes, pode ser posto em causa é a quantidade, mas afirmou que relativamente a esta situação o caderno de encargos contem anexos nos quais são registados diariamente o estado e o modo como são servidas as refeições, registo esse feito por um responsável do estabelecimento de ensino e pelo responsável da cozinha, que é depois remetido à câmara municipal e à empresa responsável. Relembrou também que no ano que passou o município integrou uma nutricionista que tem desempenhado muito bem o seu papel em todos os refeitórios do nosso concelho.

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Questionou quais foram as razões da CIMLT. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Esclareceu que foram razões de interpretação legal referentes à redução remuneratória e optou-se por aguardar pelos pareceres jurídicos para esclarecimento das dúvidas existentes acerca da obrigatoriedade do procedimento de redução, para que aquando do envio ao Tribunal de Contas não existissem dúvidas e nada que obstasse ao visto. -----

--- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ----

----- Declaração de Voto do **Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “ Eu votei a favor para assegurar o desempenho do executivo face a todas as crianças terem, no início do ano letivo, as condições necessárias para a alimentação, mas deixo aqui novamente reafirmado o princípio de para o próximo ano, se possível, o executivo e esta maioria possa ter em conta estudos que provem que há capacidade instalada, know-how, saberes, competências, produções agrícolas para no âmbito privado, no âmbito da economia social, as refeições puderem ser, ou todas ou em parte, fornecidas pela economia local. É um exemplo que devemos trabalhar.” -----

----- **PONTO V - CIRCUITOS ESPECIAIS ESCOLARES PARA O ANO LETIVO 2014/2015 – ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é autorizar a abertura de procedimento de ajuste direto ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 27º do Código dos Contratos Públicos para os Circuitos Especiais Escolares do ano letivo 2014/2015 e as respectivas peças procedimentais. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----

----- Solicitou esclarecimentos acerca da possibilidade anteriormente falada de o serviços continuarem a ser garantidos pela rodoviária mesmo depois do final do ano letivo e também acerca dos encargos que aparecem da Desmor no valor de dezanove mil setecentos e cinquenta euros para garantir transportes. -----

----- VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA -----

----- Afirmou que aquilo que os serviços pretendem é proceder a um concurso por ajuste direto para a aquisição de serviços para os circuitos especiais escolares que está devidamente quantificado. Acrescentou que o que vem a ilustrar e acompanhar este processo é todo o processo que estava na comunidade intermunicipal, os antecedentes. Reafirmou que aquilo que vem à câmara para deliberação é apenas o que diz respeito aos transportes escolares de Rio Maior. -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- Esclareceu que o documento se refere ao processo completo existente na CIMLT e a referência à Desmor no mesmo deve-se ao facto desta prestar serviços aos clientes do centro de estágios, pagos pelos mesmos. -----

----- CHEFE DE UNIDADE DE EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL E SAÚDE -----

----- Informou que aquilo que lhe foi transmitido pelo Gabinete Jurídico e Contratação pública é que o ajuste direto ao abrigo do artigo 27º decorre de um acordo-quadro que foi aberto para o período letivo 2013/2014 e que para melhor enquadramento do ponto se juntou os documentos relativos ao referido acordo-quadro para se perceber a integração da nova proposta e os documentos relativos ao ajuste direto propriamente dito. Salientou ainda que o procedimento em discussão só é possível nestes moldes porque existiu um acordo-quadro celebrado pela CIMLT, acordo-quadro esse que não é apenas para circuitos especiais mas também para outros serviços ocasionais e daí aparecem referidos todos os municípios e entidades que a ele aderiram. -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- Considerou que foram juntos ao processo em discussão documentos a mais, que não havia necessidade de integrarem o processo e que geraram confusão. -----

----- TÉCNICO SUPERIOR, HENRIQUE MANUEL MORAIS GRANADA -----

----- Esclareceu que em 2013 foi celebrado um acordo-quadro pela CIMLT e este ano foi elaborado um caderno de encargos ao abrigo do artigo 27º do CCP que permite adotar o caderno de encargos do ano passado, remetendo para o mesmo porque as condições são precisamente as mesmas não se podendo alterar nada. Acrescentou que foi por isso que o mesmo foi anexado ao processo, para melhor fundamentação e enquadramento. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Afirmou que aquilo que se está a deliberar é referente aos circuitos especiais 2014/2015 e o facto de estar informação a mais no que se refere à Desmor e a outros municípios advém do facto de ser informação presente no conteúdo do acordo-quadro e que em nada interfere neste procedimento. Esclareceu que os valores que aparecem relativamente à Desmor no acordo-quadro não estão incluídos no procedimento em apreço e que se refere única e exclusivamente aos circuitos especiais 2014/2015. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Reforçou que o valor apresentado se refere apenas aos circuitos especiais, não engloba o valor indicado para os transportes da Desmor assim como não inclui os restantes municípios que também vêm designados na informação complementar que foi anexo ao processo para melhor enquadramento. Referiu ainda que o aumento verificado do ano passado para este se deve à abertura do Centro Escolar de Fráguas e a integração dos circuitos de Alcobertas porque a Junta de Freguesia deixou de ter autocarro.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com uma abstenção. -----

----- **PONTO VI - APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO CULTURAL, RECREATIVA E DESPORTIVA DOS TRABALHADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é a atribuição de um apoio financeiro no valor de 6 000,00 € (seis mil euros) à Associação Cultural, Recreativa e Desportiva dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Rio Maior.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Afirmou que, pela informação prestada, este apoio resulta do facto de IPDJ não participar atualmente estas candidaturas e que, assim sendo, este é mais um exemplo de que se criam expectativas e as autarquias e que acabem por suportar a execução. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO VII - BENEFICIAÇÃO DO CM 1300-1, LIGAÇÃO CASAL DA VELHA/VALTEIRA – PRORROGAÇÃO DO PRAZO DA EMPREITADA A TÍTULO GRACIOSO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é autorizar a prorrogação do prazo pelo período de trinta dias, a título gracioso.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 11 DE JULHO DE 2014

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Nos termos do n.º 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram doze horas e quinze minutos, a Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria de Lurdes Martins Violante, Chefe de Divisão da Unidade Administrativa e Recursos Humanos, que a redigi.-----

A PRESIDENTE DA CÂMARA:_____

A CHEFE DE DIVISÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS:_____